IV Legislatura
IV Sessão legislativa

Número: 68
Horta, Quinta-feira, 5 de Dezembro de 1991

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Madruga da Costa
Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

Foi lida a correspondência recebida, bem como os requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Dando continuidade à Sessão do dia anterior (4/12/91) em que não se concluíu o **Período de Antes da Ordem Dia,** procedeu-se ao período reservado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Aqui, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Luís Bastos (PSD), António Gomes (PS), António Silveira (PSD), Rui Meireles (CDS), Gaspar da Silva (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Victor Evaristo (PSD), Fernando Fonte (PS), Rui Melo (PSD), Jorge Cabral (PSD), Paulo Casaca (PS), Albano Pimentel (PS), Carlos César (PS), Oliveira Rodrigues (PS) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Saúde e Segurança Social, António Meneses; da Administração Interna, Costa Neves e da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima.

Finalmente deu-se início ao **Período da Ordem do Dia,** cujo 1º ponto consistia na **Eleição dos Vice-Presidentes e Secretários da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.** A votação registou o seguinte resultado:

Vice-Presidentes:

Deputado Carlos César (PS) - 30 votos a favor, 18 votos contra, 1 abstenção e 2 votos em

branco.

Deputado Fernando Faria (PSD) - 27 votos a favor e 24 votos contra.

Secretários:

Deputado Manuel Goulart (PS) - 29 votos a favor, 20 votos contra e 1 abstenção.

Deputado Manuel Valadão (PSD) - 31 votos a favor, 16 votos contra, 3 abstenções e 1 voto em branco.

Por se ter atingido a hora regimental, não se concluíu o **Período da Ordem do Dia,** cujo 2º e último ponto ficou agendado para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados agradecia que tomassem os seus lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Duarte Pimentel, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Jorge Magina, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Paulo Casaca, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão; **Deputado Independente** - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o **Período de Antes da Ordem do Dia,** começando pela leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (Manuel Valadão): Da Freguesia da Fajãzinha das Lajes das Flores, uma carta enviada por 30 pais de alunos da escola daquela freguesia, solicitando a aprovação do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Sr. Deputado Renato Moura, e relativo à alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril, que regulamenta os concursos do Pessoal Docente dos Ensinos Pré-Primário e Primário.

- Da Junta de Freguesia da Caveira, um ofício reclamando a aprovação do mesmo Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Sr. Deputado Independente, Renato Moura.

- Ainda sobre este assunto, uma carta com seis assinaturas de pais da Freguesia da Caveira de Santa Cruz das Flores, declarando que, por uma questão de justiça, exigem a aprovação do referido Projecto de Decreto Legislativo Regional.

- Do Sr. Manuel Valente Alexandre, morador em Rosário, Lagoa, uma carta solicitando a esta Assembleia que mande averiguar e informar sobre um processo presente na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e relativo à sua habitação própria.

- Do Sr. Deputado Independente, Renato Moura, um requerimento que passo a ler:

"Requerimento

- Considerando que foi já em 22 do passado mês de Outubro que apresentei na Assembleia o Projecto visando alterar o Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril alteração às normas que regulamentam os concursos para Pessoal Docente dos Ensinos Pré-Primário e Primário;

- Considerando que não obstante o tempo já decorrido o projecto ainda não tem parecer da Comissão de Junventude e Formação:

- Considerando que se trata de um assunto cuja solução é urgente, dado que há alunos que neste momento ainda não iniciaram o ano lectivo;

- Considerando que se trata de matéria cujos contornos estão suficientemente conhecidos para permitirem uma decisão consciente por parte do Plenário da Assembleia;

Requeiro ao abrigo do disposto nos artigos 164º e 165º do Regimento, que a Assembleia delibere o processo de urgência e a dispensa de exame em Comissão para o Projecto de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril, de que o signatário é autor.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Horta, 4 de Dezembro de 1991.

O Deputado Independente: José Renato Medina Moura."

- Novo requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Rui Meireles do CDS, do seguinte teor:

"Requerimento

Ao abrigo das disposições regimentais requere-se que seja dado o carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão à Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, sobre a política da Sub-Secretaria Regional da Comunicação Social.

Horta, Sala das Sessões, 4 de Dezembro de 1991.

Os Deputados Regionais: Alvarino Pinheiro e Rui Meireles."

- Novo requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Rui Meireles do CDS, que passo a ler:

"Requerimento

Atendendo a que, por força da ratificação por Portugal da Convenção de Berna, (Decreto-Lei nº 316/89 de 22 de Setembro), cessou na Região Autónoma dos Açores a actividade da caça à baleia;

Atendendo a que a Sociedade "Armações Baleeiras do Sul do Pico Lda." com sede na Vila das Lajes do Pico era o único armador que, em 1987, ainda exercia efectivamente a actividade;

Atendendo a que para tal mantinha em estado de operacionalidade 3 canoas e duas lanchas a motor;

Atendendo a que, o programa Whale, Whatching criou o circuito turístico-cultural "Rota dos Baleeiros" e por intermédio do PNIC são reservadas verbas para a sua execução;

Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias requeiro a V. Exa. que seja perguntado ao Governo o seguinte:

1. Que critérios utilizou o Governo na distribuição das verbas desse programa?

2. Por que razão a Sociedade Armações Baleeiras do Sul do Pico Lda. não foi contemplada por benefícios dimanados do programa Whale-Whatching?

3. Que razões subjazem para que o Governo não adquira as embarcações baleeiras da supra sociedade agora inoperacional, por força da Convenção?

4. Que razões levam o Governo a, excluindo a hipótese da aquisição dos botes baleeiros desta sociedade, pelo menos, não contribuir para a sua recuperação conforme insistentemente lhe tem sido solicitado?

Horta, Sala das Sessões, 05 de Dezembro de 1991.

O Deputado Regional: Rui Meireles."

Secretário (Manuel Goulart): Em resposta a um requerimento do Sr. Deputado Dionísio de Sousa foi recebida a informação complementar referente ao Relatório de Execução do Plano de Janeiro a Setembro de 1991.

- Também foi recebido o Anexo II à Proposta de Orçamento da R.A.A..

(O Anexo acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Proveniente da Secretaria Regional de Finanças e Planeamento, Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade, foi recebida a Revisão do Orçamento e Plano da R.A.A. para 1991. Este documento baixou à Comissão de Finanças e Planeamento para parecer até 10/12/91.

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Ainda da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade foi recebido mais um mapa que consta do Projecto de Decreto Legislativo Regional para a Revisão de Orçamento e Plano da R.A.A. para 1991 que também baixou à Comissão de Finanças e Planeamento para parecer até 10/12/91.

(O mapa acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

Presidente: Srs. Deputados terminada a leitura da correspondência, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Com efeito, Sr. Presidente. Eu queria saber se é possível fazer um protesto sobre um incidente passado ontem aqui na Assembleia que só não foi referido ontem, porque não queria prejudicar a referência à memória de Sá Carneiro.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral eu tenho grande dificuldade em integrar o seu pedido. Mas creio que, se nós vamos entrar num período reservado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado poderá utilizar esse período para intervir, tal como qualquer outro Sr. Deputado, e expressar as suas razões relativamente a esse incidente. Não creio que haja cabimento nesta fase, uma vez que não está neste momento inscrito e ninguém utilizou a palavra.

Nós vamos dar início à Sessão e portanto

se o Sr. Deputado o entender, pode-se inscrever para usar da palavra no **Período de Antes da Ordem do Dia,** ao abrigo das disposições regimentais.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Então eu pedia que o Sr. Presidente fizesse o favor de me inscrever para poder usar da palavra.

Muito obrigado.

Presidente: Sim Senhor. Quando chegar a sua ocasião terá a palavra.

Para tratar de assuntos de interesse relevante, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Problemas sociais existem tão antigos quanto complexos e que, temos consciência, não devem nem podem ser analisados de forma simplista dado o rigor a que o seu estudo deve ser submetido e até pelas suas múltiplas conexões.

Não é pois nosso propósito fazê-lo aqui.

Não podemos no entanto deixar de fazer referência, ainda que breve, a esta onda de criminalidade que, sobretudo nos últimos tempos tem vindo a crescer na sociedade açoriana, constituindo natural motivo de apreensão por parte das populações, nomeadamente nos maiores aglomerados populacionais da Região.

De muitas perspectivas pode este problema ser analisado como muitos são também os caminhos que se apontam para a sua ultrapassagem. A leitura que se faz por exemplo de que o desenvolvimento económico e social é factor determinante para a sua solução, não é sequer linear já que a realidade está bem longe de o poder demonstrar.

Sabemos que o desenvolvimento acelerado arrasta consigo sequelas sociais e a crise que reina nos valores fundamentais outrora autênticos paradigmas da conduta social, não são igualmente alheios a esta onda de violência a que assistimos.

Por outro lado, a abertura dos Açores ao exterior, tornou esta Região vulnerável a influências as mais díspares o que, se a ajuda a progredir não deixa também de a abalar na suas tradições. Mas, a situação com que hoje deparamos deverá obrigar-nos a uma atenção redobrada sobre as causas destes fenómenos, onde as instituições vocacionadas para o efeito têm certamente um papel preponderante a desempenhar e não à acusação simples e quantas vezes gratuita a policias e tribunais.

Temos antes de espreitar para o interior do nosso próprio tecido social para verificar das possíveis distorções de que pode estar a enfermar e, sem ilusões de qualquer panaceia, delinear a estratégia que possa conduzir a um trabalho que a breve trecho dê frutos.

É que a criminalidade em maior ou menor escala, ao afectar uma comunidade exige nos nossos dias esforços colectivos no seu combate e corresponsabilização de todos os que a integram bem como obviamente das instituições.

Longe vão de facto os tempos em que tais acontecimentos estavam reservados apenas à intervenção exclusiva do foro policial ou do da justiça.

Não estamos ainda habituados e talvez por isso mesmo ainda hoje, como cidadãos, declinemos responsabilidades que por vezes mais não é talvez do que um comportamento inconsciente visando desculpabilizar a nossa impotência face à resolução de tão difícil problema.

Torna-se ainda urgente que as populações confiem naqueles que têm por função zelar directamente pela segurança dos cidadãos, dos seus bens e haveres.

Todavia urge também que reclamemos para que as forças da ordem reforcem por todos os meios ao seu alcance a eficácia por que todos nós ansiamos no que concerne ao combate ao banditismo e ao cumprimento das leis que balizam a ordem pública. Só assim pensamos se restabelecerá a confiança mútua, tão necessária à cooperação entre todos.

Solicitamos ao Governo que através das vias próprias insista com a desejável firmeza junto das tutelas dos Serviços de Segurança sediados na Região para que o reforço de meios quer humanos quer materiais a que fizemos alusão e que aqueles tem mesmo vindo a reivindicar, possa efectivar-se.

A pacatez e tranquilidade cívicas foram e desejamos continuem a ser características indissociáveis da vida dos açorianos.

Fica pois aqui o alerta.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado, entre outras funções, tem por obrigação conhecer os problemas do Povo que o elegeu, para de uma maneira, quer interveniente, quer activamente colaborante lutar para satisfazer cabalmente a sua missão

de bem servir a comunidade.

E neste pressuposto que vou abordar, hoje, nesta tribuna assuntos da responsabilidade da Direcção Regional das Pescas.

Terei que fazer referência, antes de mais, às promessas feitas pela responsável do sector, aquando da sua visita a São Jorge, que se realizou nos dias 25 e 26 de Junho do ano transacto. Constavam da imediata construção das novas instalações da Lota naquela ilha, (Urzelina, Velas, Norte Grande e Calheta) do melhoramento da rampa de varagem do Porto da Calheta, da colocação de um motor no guindaste do Topo, bem como ampliar a casa da Lota deste porto, de modo a dotá-la de equipamento para o fabrico de gelo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gelados estão os jorgenses com tantas promessas por cumprir, obras congeladas e projectos de gaveta!

Quanto aos edifícios da Lota, que os sucessivos Planos do Governo têm vindo a apresentar para São Jorge, ainda não se vislumbra o início das respectivas obras.

Que falta de dignidade neste processo!

A Senhora Directora das Pescas sabe que há instal[illegible]s do serviço da Lota que são reci[illegible]os p[illegible]a entes, isto é:

Para além da missão para que foram criados servem de dormitório aos cães.

Ainda no âmbito das pescas vou abordar novamente um assunto que se prende com as obras de ampliação do Porto da Calheta, cuja estrutura envolve também a Secretaria Regional da Economia.

Já aqui nesta tribuna fiz referência à falta de fidelidade ao projecto na execução das obras.

Afirmei que o perfil ao nível da testa do molhe, não estava executado de acordo com o projectado.

Contudo, por descargo de consciência analisei novamente as peças desenhadas e mormente alguns elementos que me serviram para uma reconfirmação no local.

Constata-se efectivamente que o perfil acima referido não foi executado de acordo com as peças desenhadas do projecto. Este previa a contrução de um degrau (para mudança brusca de cota) e, em zona onde se exigia, na baixa mar, uma profundidade na ordem dos 4,00 metros, verifica-se que existem somente + 2,50 metros.

E porque uma desgraça não vem só, aconteceu que grande parte dos aterros para esta obra, executados durante o Inverno foram arrastados por uma tempestade para lugar indesejável assoreando a baía e parte da zona acostável deste Porto. Assim, onde era hábito os barcos de cabotagem (inclusivamente o navio maior "Terra Alta") acostarem, hoje uma embarcação com 70 centímetros de calado, sujeita-se, na baixa-mar, a ficar apoiada no fundo.

Com esta situação e a requerimento de alguns deputados, a Senhora Directora das Pescas respondia há cerca de 2 anos, dizendo que estava atenta para este desassoreamento.

Hoje, infelizmente esta acção ainda está por se fazer, e pelo facto do Sr. Presidente do Governo Regional, na sua última visita oficial à minha Ilha, ter prometido aos Jorgenses o dito e tão falado desassoreamento, alguém com poder de decisão apressouse em fazer chegar a São Jorge, em vésperas de eleições, uma equipa de mergulho e uma draga pouco vocacionada para a missão que trazia.

Logo que foi detectada a chegada desta nova tecnologia à pacata Vila da Calheta, os curiosos, já pouco crentes, abeiraram-se da novidade. Os que não estavam por dentro do assunto acreditavam na conversa de quem dizia que a draga era um investimento recente, concebido para a apanha de ameijoas e que só aportara áquele local porque o mestre pouco percebia da **"arte de marinhar"** e por consequência ter-se-ia enganado no rumo para a Caldeira de Santo Cristo.

Outros, os **"mais entendidos"**, reagiam dizendo que o sofisticado equipamento era para concluir os trabalhos de desassoreamento da baía, já iniciados há dois anos, com um arado e uma escrepa.

A expectativa era grande. A equipa meteu mãos à obra e um dos espectadores observava o movimento da draga que ao megulhar a concha só água trazia; pôs as mãos à cabeça e gritou com ar assustado: - "Oh amigo já que não consegues retirar as pedras do fundo, não nos tire a água, que já é pouca!"

Com esta exclamação, o mestre da obra que de tolo nada tinha, levantou ferro e regressou ao porto de origem ficando, como aliás já se esperava, tudo por fazer.

Para não contrariar esta ética de trabalho, vejamos mais um exemplo:

Há mais de 2 anos, através de um requerimento, tentei sensibilizar a Direcção Regional das Pescas, para dotar o Porto da Calheta com uma grua, considerada imprescindível aos seus pescadores.

A resposta a esta minha diligência foi tão pontual que durou 2 anos a chegar ao destinatário e chegou 1 ano depois da montagem do

referido equipamento.

Mas não só há atrasos nesta Secretaria; também nota-se alguma futurologia, e vejamos:

Solicitei uma informação que se prendia com a eventual construção do entreposto de frio em São Jorge.

A resposta recebida em 23 de Janeiro de 1989 diz que se prevê a construção dessa obra durante o vigência do próximo P.M.P..

Tratando-se de pessoa modesta, certamente o autor desta informação não pretendia dizer que iriam ganhar as eleições de 1992. Inclino-me para o facto de este já ter conhecimento de algumas acções do Programa do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que escolhi este tema para a minha intervenção, por descargo de consciência vou falar novamente na área ecológica especial da Lagoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, e para dizer que, no princípio deste ano deslocou-se uma equipa de técnicos para analisar a situação em que se encontrava a Lagoa e o desenvolvimento das ameijoas.

Concluiram que era necessário uma rigorosa fiscalização para proteger este molusco durante o período de defeso. Também foi dito, aos Jorgenses, que a Marinha Portuguesa brevemente transportaria para esta área ecológica, uma máquina com vista a responder aos trabalhos que aqui são necessários executar com a maior urgência, de modo a garantir a segurança ecológica desta zona.

Infelizmente ainda não se concretizou esta acção nem outras, de grande importância para a protecção da área em questão.

Quanto à protecção das ameijoas, quero afirmar que, na minha perspectiva, continua-se na má prática dos contra sensos e vejamos:

Proibiu-se radicalmente, durante alguns anos, a apanha das ameijoas, com vista a recuperar determinado stok, e fez-se uma legislação que permite a captura deste molusco na altura da desova e, excluindo a apanha entre marés, zona onde as há, em grande e maior quantidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar esta minha intervenção, e em prol da protecção ecológica da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, alerto, mais uma vez, os responsáveis para a limpeza daquela zona ecológica especial, seriamente afectada, sobretudo pelos lixos oceânicos, bem como para o seu desassoreamento e ligação ao mar que urge realizar com equipamento vocacionado para tal fim.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar esclarecimentos.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Queria saudar a sua presença naquela tribuna, pois já há bastante tempo que não o via lá. Saúdo realmente esse regresso histórico de V. Exa., parecia-me até estar a ouvir contar uma história, é uma maneira nova de se fazer intervenções.

Há algumas questões que eu dispenso-me aqui de comentar, mas gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que há coisas que precisam de ser feitas. Por exemplo em relação às Lotas, acho que sim, isto é, é necessário que elas tenha o seu arranque no mais breve espaço de tempo. O que eu não gosto de ver - e porque São Jorge é uma ilha como as outras - é que se traga esse assunto assumindo uma atitude muito pessimista. Até fala em gelo! Não sei se agora caíu muita neve em S. Jorge, nestes últimos dias. Eu julgo que não se deve ter sempre essa atitude de que tudo está assim tão mauzinho. Era apenas isto que eu queria dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu infelizmente não disponho de muito tempo, porque tenho colegas de bancada que também querem intervir. Mas gostaria, de facto, de dar uma informação ao Sr. Deputado António Silveira. Eu sinceramente tenho pena da sua actuação aqui neste plenário, porque está sempre na vanguarda, quando se trata de defender o Governo ou de reagir às intervenções dos seus colegas adversários. Além disso, quero também lamentar por se ter identificado como pessoa pouco atenta aqui nesta Câmara porque, apesar do tempo dedicado às intervenções antes da ordem do dia ser limitado, eu no antepenúltimo plenário estive naquela tribuna. Não sei se quis fazer um reparo, pelo facto de ter um colega novo eleito pelo mesmo círculo eleitoral para que fosse de facto porta-voz dessa sua afirmação; não sei se seria de facto essa a sua intenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Eu julgo que V. Exa. não se deve sentir ofendido por eu "defender" o partido que suporta o Governo, ao qual eu pertenço.

Eu não estou contra si, quando se trata aqui dos problemas. Acho que isso faz parte da nossa maneira de ser e de estar e não é exclusivo de ninguém. Gostaria é que não se tratasse as questões com esse ar miserabilista. É tão somente isto Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para uma intervenção.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faz hoje 200 anos que, em Viena, sob uma chuva torrencial no meio duma violenta tempestade, sem séquito, descia à terra o corpo dum músico genial, entre as sepulturas dos pobres vagabundos. Contava 36 anos e dez meses e era de seu nome completo Wolfgang Amadeus Mozart. Do seu leito de morte, ditou, com lábios trémulos, as notas da trombeta do Juízo Final, que soam no imortal Requiem que legou à humanidade e que constitui uma peça ímpar.

O mundo civilizado rendeu, durante o ano de 1991, justa homenagem a um dos maiores talentos musicais, cujo dom, absolutamente único alguém definiu como perfeito domínio do tom e do ritmo e de uma natural compreensão da harmonia.

Beethoven estudava-o constantemente, Chopin admirava-o tão profundamente que pediu que, ao morrer, tocassem Mozart em sua memória e até Wagner, apesar do seu orgulho se inclinou perante ele.

Mozart, o menino prodígio, que apenas com 3 anos de idade domina já o cravo; e com 5 anos percorre as principais capitais da Europa dos meados do século das luzes, maravilhando as cortes dos reis, os teatros das cidades e as catedrais.

Cresce andarilho da cultura musical, dormindo nos quartos mais humildes das hospedarias da sua torneé, compondo, improvisando, galvanizando plateias que acorriam para ver a maravilha do seu génio. Até certo ponto explorado pela família e pela sociedade, Mozart, sempre modesto, nunca foi capaz de vender pelo seu justo valor o talento subrenatural do seu inconfundável estilo musical. A sua vida decorreu entre o delírio dos aplausos e a míngua dos recursos materiais mas a sua música essa nunca deixou de celebrar a vida repassada de alegria. Era como se "esse homenzinho insignificante" como lhe chamou injustamente Aloysia Weber sua cunhada, tivesse gravado no seu destino a antítese do ser e não ser.

Mas Mozart, várias vezes penhorado pelo meirinho, dos móveis da sua casa para satisfazer as necessidades de subsistência da família, era um trabalhador incansável e legou-nos mais de 200 horas de música de, praticamente, todos os géneros, que dominava como ninguém.

Mozart, imortal, deixou de ser o cidadão de Salzbourg para se tornar cidadão do espírito europeu que politicamente queremos hoje construir.

Dependente, como poucos, dos senhores do seu tempo, Mozart soube impôr-se ao mundo da submissão do regime feudal, conquistando o direito da sua liberdade, mesmo com sacrifícios penosos de natureza material.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Hoje, todo o mundo civilizado, festejará Mozart. Os sons do seu pensamento, a orgia empolgante dos seus acordes, em suma o seu génio ímpar será recordado e reviverá na sensibilidade culta e na inteligência dos povos.

Entretanto, nos Açores, como divulgou a RTP/Açores, ao longo do bicentenário da sua morte a via e a obra deste grande homem?

E sobre Mozart há filmes e séries de concertos videotape, por sinal a preços acessíveis.

Que fizeram os Institutos Culturais da nossa terra?

Como promoveram as emissoras quer privadas, quer públicas a imagem deste génio?

Que fizeram os Jornais e os Conservatórios Regionais?

Que fez a Secretaria Regional da Educação e Cultura para promover os valores culturais mozartianos, por exemplo nas Escolas e no universo dos Açores ao longo do ano?

Creio bem que a resposta a estas perguntas, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, não é de forma nenhuma satisfatória e isso é preocupante já que a perifericidade europeia no campo social e económico não é condição fatal para o sermos no campo cultural, onde aliás tem os Açores antecedentes que não os envergonham mormente no campo da cultura musical.

Oxalá a Região, em 92, aquando do bicentenário do nascimento de Rossini, aproveite a oportunidade para se redimir da relativa injustiça com que tratou Wolfgang Amadeus

pública, pois que pior do que não compreender, bastante pior, será não percebermos aquilo que se passa lá fora.

No referente à segunda vertente, partindo de uma realidade concreta, sobretudo por parte de quem é poder, e de quem é oposição, independentemente das cores preponderantes nos momentos actuais, torna-se importante que se tenha uma percepção máxima, não só dos altos e baixos de todos nós, mas também da mensagem que fica retida na mente das nossas populações.

Digamos que, para quem é poder, para além de ter de justificar como deve ser poder, e como pratica o poder, de igual modo, também é importante, que, quem quer que seja oposição sem precisar de justificar porque o é, no entanto deve ser prático, conciso e convincente na alternativa e nos meios que tem para ser convincente, com resultados satisfatórios.

Diga-se assim que, de alguma forma, o fenómeno político para ser percebido por parte de quem tem de dar justificações, é mais em função daquilo que somos capazes de fazer na percepção do sensível, do que na percepção da capacidade do inteligível.

Melhor dito, é mais fácil perceber qualquer momento político, em termos de massas, por uma percepção do sensível, do que por uma percepção do inteligível, se bem que em termos de classe de um estádio cultural mais evoluído, estes dois aspectos estejam directamente associados.

No referente à terceira vertente, qualquer momento político é perceptível dentro daquilo que os mentores de raiz edificaram, alguns imbuídos dum espírito de evolução constante, outros de evolução na continuidade.

Mas os outros, sem desejarem esvaziar a essência dos princípios que defendem, por vezes caindo na tentação de serem levados por correntes de opinião ao sabor da ocasião, acabam por gerar o conflito desnecessário que poderia ser evitado sobretudo se o bom senso fosse considerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Parece importante que em face de todo o exposto, qualquer momento político traduza mais concretamente: **o sentimento actual do nosso povo; a capacidade de colocação em prática de todos os princípios e diferenças de actuação dentro dos princípios de cada um.**

Presentemente, na Região Autónoma dos Açores parece-me que se torna necessário um esforço conjugado de toda a classe política, para, de alguma forma, e sem se abdicar dos princípios de, "quem quer que seja", se consiga: **uma melhor compreensão da nossa acção; do papel fundamental de todos nós no enobrecimento da democracia; e necessidade de levar a todos, um melhor conhecimento do funcionamento das instituições, dentro do nosso regime democrático.**

Esta, como sendo uma tarefa que nunca estará completa no exterior, (se nós, classe política, nada fizermos para contribuirmos para a alterar), tal tarefa dizia, tornando-se imperiosa, pelos seus resultados (e disso estou certo) poderá certamente alterar todo o estado actual de compreensão das nossas populações para as questões políticas que decorrem, numa perspectiva completamente diferente da actual, em que por vezes, até alguns acham a política como um mal perfeitamente dispensável.

Como questão primordial a alterar no futuro, nós todos como políticos responsáveis, temos que fazer algo para que, não só o fenómeno político seja melhor compreendido no nosso regime democrático, mas também o trabalho das nossas instituições democráticas, seja mais dignificado não só por aquilo que desenvolve, mas também por aquilo que deve ser melhor compreendido pelo nosso povo.

"Temos esse dever e obrigação".

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pediu-me, o Beneficiário da Segurança Social 130603875, que transmitisse a esta Câmara o seguinte:

Enquanto a saúde lhe permitiu, dedicou-se, durante vários anos, à faina da pesca.

Hoje, conta 57 anos de idade.

O seu agregado familiar é constituído pela mulher (a qual é doméstica) e 5 filhos menores, com idades compreendidas entre os 14 e os 5 anos de idade, sendo o filho de 10 anos deficiente.

Vive, com a família, nos Açores, em habitação degradada.

Aufere uma Pensão de Invalidez de 14.400 $ 00 por mês.

Disse-me que, tal como os seus filhos, há, nos Açores, muitas mais crianças em situação de desnutrição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pediu-me, a Beneficiária da Segurança

Social 032114357, que vos dissesse o seguinte:

E casada com o Beneficiário da Segurança Social 10320887325.

Que nunca foi empregada, devido ter contraído tuberculose pulmonar ao 26 anos de idade.

Hoje, conta com 67 anos de idade.

Requereu Pensão Social de Velhice. Foi-lhe indeferido.

O marido, que conta com 72 anos de idade, aufere uma Pensão de Invalidez de 13.000$00 por mês.

Pediu-me que vos dissesse que vivem nos Açores.

Pediu-me, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vos dissesse, que há nos Açores, muitos - mas mesmo muitos - mais idosos, em situação idêntica. Se empregam o dinheiro para a alimentação, não lhes dá para esta, e nada lhes fica para os medicamentos; se reservam o dinheiro para os medicamentos, não lhes dá para estes, e nada lhes fica para a alimentação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pediu-me um jovem, candidato ao primeiro emprego, que transmitisse a esta Câmara o seguinte:

Que vive, nos Açores, com os pais e os irmãos.

A mãe é doméstica, e a única fonte de sustento da famílias, provém do trabalho do pai, o qual, aufere o salário mínimo nacional.

Pediu-me, este jovem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vos transmitisse que continua à procura do primeiro emprego.

Disse-me, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que aqui - nos Açores - muitos (mas mesmo muitos) mais jovens estão na mesma situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há que reconhecer que, nos Açores, também existem os que vivem bem.

Os que possuem boas habitações e bons rendimentos, quer provenientes do trabalho, quer do investimento privado.

Na perspectiva moderna da esquerda na qual me identifico - e em que se situa o Partido Socialista, - a democracia é o regime que, garantindo a livre expressão do pensamento, deve ser, também, o regime que garante a igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na base de uma visão moderna da esquerda, apraz-nos a situação de quantos já estão bem na vida.

Mas não esquecemos, não podemos esquecer, os desprotegidos da vida, os que não têm pão, ou que o têm, de forma insuficiente.

O que nos custa, é a situação dos que ainda vivem mal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não nos conformamos com situações de injustiça social.

Somos por uma política que não se limite a gerir a realidade, mas que seja, também, capaz, de fazer do económico um instrumento social criativo; uma política capaz de harmonizar mercado e solidariedade; uma política capaz de desenvolver industrializando ecologicamente; uma política capaz de imprimir mais democracia e mais responsabilidades ao sistema político.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As transformações profundas da sociedade, com base nos princípios que nos norteiam, implicam a renovação das ideias, englobando novas interrogações, novas dinâmicas sociais, novas conquistas tecnológicas e culturais.

Mas sempre sem esquecer que queremos continuar recriando a história para construir uma nova sociedade.

Uma opção política, inequívoca, que, ontem, erguendo como bandeiras a questão social e da democracia, continuando nessa firme determinação, hoje está motivada para lutar por novos temas: a ecologia, a sociedade comunicacional, a reivindicação democrática, as novas formas de vida.

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, nada disto nos faz esquecer aquilo que, embora diferente na sua formulação, permanece a nossa preocupação central: o combate contra a injustiça social, pela igualdade de oportunidades.

Sem esquecer, pelo que nos diz respeito, uma ideia essencial: o Socialismo Democrático é o único movimento político e social que, tendo história, tem futuro.

E em função desse património, e sem o esquecer, que no PS, e com o PS, temos obrigação de continuar recriando a história para construir uma sociedade nova, também, aqui, nos Açores.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

Deputado Victor Evaristo (PSD): E para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi o que disse o Sr. Deputado do PS e é evidente que eu não posso deixar de concor-

dar que as situações de carência social são efectivamente, uma das coisas mais preocupantes. E nessa medida, nós solodarizamo- - nos com estas situações.

A única coisa que eu queria esclarecer o Sr. Deputado, é que foi o Governo Social Democrata - neste caso até no Continente - e não o Partido Socialista, enquanto foi Governo, que criou no País pensões de sobrevivência para pessoas que nunca descontaram um tostão sequer, para a Segurança Social e que tem vindo todos os anos a aumentar essas pensões. Portanto nós estamos também atentos a esse problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso é completamente falso, Sr. Deputado!

Presidente: O Sr. Deputado Luís Bastos pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Luís Bastos (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente:

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós também concordamos que há famílias desgraçadas, é preciso que se diga. E preciso apontar o dedo na ferida. Mas o que é espantoso, é que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, ao ouvir as queixas desta mãe de família, não tenha sabido dar uma resposta concreta, no sentido de encaminhar esse agregado familiar para aquelas instituições que têm como objectivo atender essas situações concretas. Dizer-lhes, por exemplo, que há assistência social, perguntar-lhe, por exemplo, se essa senhora já se informou, convenientemente, do que é que pode ter direito, dadas as circunstâncias concretas em que ela vive; dizer-lhe que os seus filhos não vão, concerteza, deixar de estudar pelo facto de viverem nesta miséria, porque têm ensino gratuito, porque podem ser transportados para a escola gratuitamente; porque podem ter acesso ao matarial escolar, perfeitamente gratuito; porque têm assistência médica também gratuita, ao contrário do que acontecia há uns tempos atrás na Região. Enfim, o Sr. Deputado pega num caso particular e, chamando ao sentimento esta Sala, tenta generalizar como se se tratasse, efectivamente, duma situação generalizada no arquipélago, o que não é verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte, para prestar esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria pedir ao Sr. Deputado Victor Evaristo se me pudesse dizer quando é que se iniciaram em Portugal as pensões sociais?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para responder ao Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero dizer ao Sr. Deputado Fernando Fonte que não lhe posso dizer neste momento qual a data, porque não tenho isso na cabeça. É natural que o Sr. Deputado Fernando Fonte, estando ligado ao sector da Saúde, possa esclarecer.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

O Orador: O que eu referi foi que tem sido o Governo Social Democrata que tem olhado mais para essa questão dessas famílias, nomeadamente com esses aumentos.

Agora, quando foi ... eu peço imensa desculpa mas não fixo as datas desses diplomas legais.

Deputado Fernando Fonte (PS): O Sr. Deputado é que nomeou que o PSD tinha começado com as pensões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para prestar esclarecimentos.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não trouxe a esta Câmara casos particulares. Trouxe casos exemplares. Porque aqueles que eu mencionei, tive o cuidado de transmitir aquilo que me tinham pedido, isto é, de que há muitos mais casos idênticos. Isto para responder ao Sr. Deputado Luís Bastos o seguinte:

E meu hábito trazer poucas vezes a esta Câmara situações destas. E tenho preferido, ao longo do desempenho das minhas funções de Deputado, - e há aqui presentes membros do Governo que o poderão testemunhar - resolver esses casos, nas próprias instâncias do Governo. E estou fazendo-o já neste caso, aliás nestes dois que lhe mencionei e que vivendo nos Açores, por sinal vivem na sua ilha, na Ilha de S. Miguel. Mas não pude deixar de, em consciência, torná-los como casos exemplares, trazendo-os a esta Câmara e alertando para que não são só estes os únicos dois problemas.

E verdade que, nalguns casos, os filhos têm acesso à escola, aos livros e a essas coisas todas, mas não é menos verdade que têm fome!

Um destes casos que eu mencionei, do indivíduo que tem 14.400$00 de pensão de invalidez por mês, com cinco filhos, disse-me, devo dizer com as lágrimas nos olhos, que pelo menos todos os dias tinha que comprar 5 litros de leite e 5 pães. Faltou dizer que dava aos filhos ...sopas de leite.

Para responder ao Sr. Deputado Victor Evaristo, de forma correcta como também me colocou a questão, eu devo dizer que não estou preocupado em saber quem criou as pensões sociais. Importo-me que elas existam e se o mérito cabe a quem as criou, que lhe seja reconhecido. O que quero dizer-lhe é que não basta fazer as leis, dizendo que se pode dar esses benefícios - se é que são benefícios - se depois na prática lhe são recusados.

A beneficiária que mencionei, requereu pensão social de velhice; o marido tem uma pensão de invalidez de 13.000$00 e eu tenho uma fotocópia dos serviços competentes como vê, eu fui lá Sr. Deputado - em que lhe indeferiram a pensão social de velhice.

Por outro lado, Sr. Deputado Victor Evaristo, o Sr. diz que eu só vim aqui trazer questões mas não apresentar soluções. Eu devo dizer-lhe que apresentei-as na minha intervenção, nomeadamente quando digo que nós - Partido Socialista - somos por uma política que não se limita a gerir a realidade, mas que seja também capaz de fazer do económico um instrumento social criativo. Uma política que seja capaz de harmonizar mercado e solidariedade.

Uma política capaz de desenvolver industrializando-se ecologicamente. Uma política capaz de imprimir mais democracia e - atenção Srs. Deputados - mais responsabilidade ao sistema político.

Muito obrigado.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Melo e ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, queria informar que o Partido Socialista dispõe ainda, nesta primeira hora e meia do Período de Antes da Ordem do Dia, de 8 minutos.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt de entrar nesta discussão, porque considero que já há muito nesta Câmara, por parte da oposição, não se ouvia uma intervenção tão séria, consciente e construtiva, com excepção de alguns apartes que são próprios da posição em que nos encontramos e por isso são necessários para encher as intervenções.

A luta pela igualdade deve estar sempre presente na nossa actuação. Concordo consigo quando afirma que o Socialismo Democrático é de facto na teoria que tem respostas. Mas também na prática, é a Social Democracia que as concretiza. E não podia deixar de citar Jorge Sampaio, quando esteve aqui na Região Autónoma: "uma política forte, capaz de derrotar as desigualdades do País e dar a noção à Europa das profundas misérias, das assimetrias regionais". Acho que devemos todos continuar nesta senda.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, ao enunciar três situações de miséria e de pobreza de concidadãos nossos, levantou uma questão que o preocupa a si e nos preocupa também, como responsáveis pela área da segurança social.

O Sr. Deputado levantou três casos, como poderia ter levantado três dezenas porque, infelizmente, esta situação de pobreza existe. E existe não só aqui na Região, como em todo o Mundo. E se fosse deputado sueco, da Suíça ou dos Estados Unidos da América, também teria conseguido levantar três casos ou mesmo trinta, de situações de miséria do seu país.

Estas situações merecem efectivamente, que todos nós nos debrucemos sobre elas, que reflictamos sobre estes problemas e fundamentalmente, não pela situação só em que determinado momento essas famílias vivem mas principalmente, pelas suas causas. E tentar a montante, eliminar as condições que levam a essas situações de pobreza. Porque a solução que aparentemente é mais fácil, que é a de dar o subsídio, que é a de aumentar de imediato a pensão, que é a de arranjar esquemas transitórios, não resolve o fundo da questão. No entanto, devo dizer que eu sou o primeiro a reconhecer - e penso que todos nós estaremos com a mesma opinião - que efectivamente, o sistema que nós temos de segurança social, que em princípio é um sistema universal e abrange toda a população, devido às condições económicas e sociais do próprio país, não pode ter a resposta para todos estes problemas. De qualquer maneira, o Sr. Deputado levantou aqui três casos, identificou-os com números de beneficiários da segurança social e convidava-o demons-

trando desde já toda a colaboração da parte da Secretaria - para encaminhar esses mesmos casos aos serviços respectivos e tentar, face à legislação existente e face aos benefícios existentes, menorizar estas situações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo escasseia, apenas para fazer o registo de que me agrada a forma elevada como está decorrendo este debate.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, eu posso dar-lhe os elementos e aliás, já estou a tratar destes casos destes dois beneficiários da segurança social. Porém, não podemos olvidar todos os outros. Do Sr. Manuel da Ponte que mora na Rua de S. Pedro nº 4, Fenais da Luz em P. Delgada; da Sra. Ermelinda de Jesus que mora na Rua das Terças nº 10, Santo António - Capelas em S. Miguel. E todos os outros casos Sr. Secretário tanto quanto estou informado, só nos Açores existem entre 7.000 a 8.000 beneficiários da segurança social que recebem pensões na ordem dos 13.000$00.

Eu sei que não há soluções mágicas, mas tive o cuidado de dizer na minha intervenção que não nos devemos limitar a gerir a realidade, é preciso imprimir ideias inovadoras para que a justiça social, progressivamente, possa ser uma realidade na nossa sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia é curta, por via da falta de enquadramento regimental para formular um protesto. E esse protesto, que ontem não fiz e não quis fazer para não conspurcar a figura e a memória de Francisco Sá Carneiro - aqui muito bem levantada e recordada pelo meu líder parlamentar - e já agora à "vol d'oiseau", quero dizer que me causou estranheza a falta de solidariedade da bancada do Partido Socialista, à memória de Francisco Sá Carneiro.

Esperava que o Partido Socialista, que tantas vezes reivindica para si próprio a intervenção de Portugal na CEE, não tenha reconhecido a determinação, desse homem de Estado, qualidade, aliás, reconhecida pelo próprio Presidente da República, Dr. Mário Soares.

O único deputado da oposição que se solidarizou, foi um deputado do CDS que percebeu perfeitamente a evocação à figura de Francisco Sá Carneiro.

Mas não é essa a razão da minha intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A praxis parlamentar admite e já institucionalizou a formulação dos chamados "apartes", ao longo de duas legislaturas, essa faculdade tem sido exercida com dignidade e com o respeito que a pessoa humana merece, por, praticamente, todos os Srs. Deputados. Com mais ou menos veemência com maior ou menor vivacidade, os "apartes" fazem parte integrante da vida parlamentar e, nesta Casa, nunca se desceu ao insulto pessoal, ou às características físicas ou intelectuais de cada um.

Discorde-se politicamente, mas nunca se desça ao insulto baixo, ordinário e soez, como ontem o Sr. Deputado Paulo Casaca foi protagonista.

Ou porque o Sr. Deputado Paulo Casaca tem sido um deputado eternamente interino, ou porque anda distraído a fazer o trabalho de casa no computador em plena sessão parlamentar, se calhar pensa que este Plenário é o local privilegiado para bolsar sujidades que lhe povoam o espírito. O insulto de baixo nível não tem lugar nesta Casa e oxalá que o seu aparte não seja um precedente grave para que se usem aqui algumas das palavras que o léxico português, em geral e o micaelense em particular, é capaz de responder.

O Sr. Deputado Casaca parece que não reconhece dignidade a esta Assembleia Legislativa Regional; julga estar num botequim, para não dizer taberna, a gracejar com os amigalhaços, se calhar a enaltecer as qualidades dos metropolitanos sobre as dos pobres açorianos que, coitados, não passam da cepa torta.

Vai por mau caminho. E eu próprio, recuso-me descer ao baixo nível do "aparte" do Sr. Deputado Casaca, que me fez lembrar aquelas discussões de bairro lisboeta, onde matronas bem nutridas, de mão na anca e nariz afitado, trocam mimos que terminam, inevitavelmente, em cenas onde os cabelos mútuos são as principais vítimas.

Quero reafirmar aqui o meu protesto pela linguagem insultuosa do Sr. Deputado Casaca, logo propagandeada por alguns dos seus camaradas deputados, como sendo uma forma de não saber estar, com dignidade, na Assem-

bleia Legislativa Regional dos Açores.

Para além do lugar, os Deputados que aqui representam o Povo dos Açores, não merecem tais epítetos. Nem estão dispostos a isso.

Se lhe resta algum respeito por esta Casa e pelos que aqui representam o Povo dos Açores, o mínimo que pode fazer é pedir desculpas. Senão, quando quiser usar uma linguagem desbragada, como a que usou ontem, existem outros locais mais próprios. Se calhar, bem mais ao seu gosto e ao seu nível.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, eu vou usar da palavra em defesa da minha honra.

Srs. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, de facto, estava convencido que o Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral estaria a pensar no baixo, baixíssimo nível da sua actuação ontem, quando discutimos aqui o problema das violações muitíssimo graves que têm decorrido em Timor-Leste.

Estava convencido que ele tinha consciência de que brincar com esse assunto, é algo de extremamente triste e que, em caso algum, deveria ter sido aqui feito. No entanto, nada disso foi feito na sua intervenção. Veio aqui dizer que o aparte que eu aqui fiz, e que foi, unicamente, o de me referir ao seu discurso e ao do seu colega de bancada, dizendo que era uma autêntica "bola de sabão", que não tinha qualquer substância, que esse aparte é, esse sim, indigno.

Devo dizer ao Sr. Deputado que aquilo que eu acho, de facto, indigno é que o Sr. Deputado tenha vindo aqui dizer ontem que a culpa da invasão de Timor-Leste é dum dos movimentos de libertação desse território sob administração portuguesa. Isso é que eu acho de facto grave!

Acho grave que o Sr. Deputado e não só, queira fazer desta Assembleia, não um forum de discussão séria, mas um sítio onde o amesquinhamento seja a norma. E acho também triste que, pela segunda vez que eu aqui estou na Assembleia Regional, assista a um episódio extremamente semelhante e extremamente triste. Há um ano, foi o célebre episódio dos telefones. Das acusações gravíssimas e infundadas e completamente despropositadas, que foram feitas a colegas meus de bancada. Agora é este episódio. Eu de facto acho que isto é lamentável. Estou aqui presente, naturalmente para tentar com a maior seriedade possível discutir assuntos, nomeadamente relativos ao Orçamento e ao Plano da Região e eu apelava ao Sr. Deputado Jorge Cabral e ao seu colega de bancada...

Deputado Rui Melo (PSD): Quem é?

O Orador: ...que ponderassem seriamente, na seriedade deste problema e que não tentassem amesquinhar e sabotar esta discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Fonte (PS); É para pedir desculpas?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Casaca.

Presidente: Tem a palavra para um esclarecimento.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que quero prestar ao Sr. Deputado Paulo Casaca é muito rápido. Infelizmente fui obrigado a usar esta figura regimental para dizer que o Sr. Deputado Paulo Casaca está a sacudir a "água da casaca".

V. Exa. está a confundir "alhos com bugalhos", não acompanhou - felizmente ou infelizmente para si, não vem ao caso - a discussão séria que se fez aqui sobre Timor. Eu não tenho culpa que V. Exa. ignore completamente, o processo de invasão de timor. Se calhar na altura ainda andava de bibe ou de bata. Não sei a idade que tem nem quero saber! Ou então andava distraído a fazer uma coisa qualquer ... sei lá. Talvez a gerir algumas propriedades que tem nalgum sítio.

Deputado Ricardo Barros (PS): Isso que o Sr. está a dizer é gravíssimo!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Não acompanhou todo este processo mas de qualquer maneira não é relevante para esta discussão. Nem o Sr. Deputado Paulo Casaca justificou o seu insulto, que não foi - como disse - "bola de sabão", mas sim outra coisa bem mais grave que eu me dispenso aqui de referir.

Deputado Paulo Casaca (PS): O que é que foi?

O Orador: Foi "bola de sebo" Sr. Deputado!

E não há nenhum ser humano que admita uma coisas dessas.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral eu pedia-lhe a atenção para o seguinte:

Nós temos que conduzir este debate com

respeito pelas normas regimentais. O Sr. Deputado Paulo Casaca, no seguimento da sua intervenção, pediu a palavra para defender a sua honra. Foi-lhe dada a palavra para o efeito. O Sr. Deputado Paulo Casaca ateve-se dentro dos limites da figura regimental que tinha solicitado para utilizar da palavra. O Sr. Deputado Jorge Cabral pediu a palavra para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Casaca, o que eu lhe concedi, tendo em atenção que poderia ter surgido da intervenção do Sr. Deputado Paulo Casaca, alguma questão que pudesse esclarecer.

Agradecia que nos ativessemos às figuras regimentais que utilizamos, sob pena de entrarmos num processo que não está de acordo nem com o nosso Regimento nem com a dignidade desta Casa.

Muito obrigado Sr. Deputado e agradecia que continuasse a sua intervenção dentro destes limites.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Obrigado Sr. Presidente. Mas deve compreender que, de vez em quando, a vontade de estar dentro do Regimento é alterada por algumas provocações dos meus queridos amigos.

Mas esteja V. Exa. tranquilo, que eu não vou gastar mais "cera com tão ruim defundo" - o Sr. Deputado Paulo Casaca - e vou só dizer que V. Exa. não assumiu a sua responsabilidade. Aqui nesta Assembleia, eu tenho assumido as minhas responsabilidades. Não assumiu ter referido um insulto e devo dizer-lhe - e aqui é que está o tal esclarecimento - que da próxima vez que V. Exa. usar esta linguagem baixa, a única coisa que eu tenho que fazer é oferecer-lhe uma ... flor porque nunca descerei ao seu nível.

Muito obrigado.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Albano Pimentel, gostaria de referir que o Partido Socialista, dentro desta primeira hora e meia, dispõe de 7 minutos, entretanto, já deu entrada na Mesa um requerimento para que, nos termos regimentais, se prolongue o **Período de Antes da Ordem do Dia**, dedicado a esta matéria das intervenções sobre assunto de interesse político relevante.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Cabral:

Eu desejava fazer-lhe uma pergunta e relembrar-lhe uma outra situação.

E falso que não tenha havido aqui situações muitíssimo mais graves, uma pelo menos passada comigo. E julgo que no bom espírito de entendimento, foi tudo ultrapassado. Portanto a afirmação que fez, reportando-se ao meu colega de bancada, de que era gravíssimo, não é!

A pergunta que eu desejava fazer é a seguinte:

Se considera muito grave "bola de sabão" ou até "bola de sebo" porque o sebo também pode estar em vários sítios. A ideia que eu tenho é que se o meu colega disse isso ou pensou, estava a pensar provavelmente, no sebo que os Srs. têm na cabeça.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho alguma dificuldade em responder ao Sr. Deputado Albano Pimentel por várias razões. Primeiro o Sr. Deputado tem aquele estilo que todos lhe reconhecemos, de nunca levar nada a sério. Ele cultiva a arte de querer estar em toda a parte e não está em lado nenhum. Para ele não há coisas sérias. E tudo uma brincadeira. A vida é uma brincadeira. Talvez equiparada a um jogo de futebol, a uma partida de "cricket", ou um "jogo do bicho", a um jogo de lotaria... Para ele a vida é uma brincadeira, de modo que dentro deste espírito de brincadeira, eu só posso brincar com o Sr. Deputado Albano Pimentel lá fora, aqui não. Está bem?

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para que efeito?

Deputado Rui Melo (PSD): E para um protesto Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu apercebi-me que o Sr. Deputado Paulo Casaca se referia também a mim, embora não citasse nunca o meu nome.

(Risos do PSD)

Eu é que estava sentado ao lado do Sr. Deputado Jorge Cabral como tal, percebi que era para mim. E como era para mim, quero protestar. E quero dizer-lhe que é passageiro nesta Casa, nesta Região. Não se sabe qual é o seu destino e por isso, nunca se sabe como é que os processos terminam. O Sr. Deputado vem aqui, sabe a votação do Plano e depois parte. Vai exercer para outro sítio qualquer.

E em relação aos telefones, se tiver dúvidas, requisite à Mesa as cartas e fica a co-

nhecer todo este processo e as respectivas conclusões.

Quanto ao facto de chamar aquilo que chamou, eu devo dizer-lhe que sou como sou, não tenho problemas. Apresento-me ao povo. E o que é engraçado Sr. Deputado é que o povo elegeu-me para eu estar aqui, não estou interinamente. E quanto a V. Exa. mais uma vez, recentemente, o povo voltou a recusá-lo. Não quer! Esta é que é a verdade dos factos. Por isso, não teve dignidade perante esta Casa, quando este é um espaço de debate político, e vem para aqui com o computador que é para fazer como alguns funcionários públicos, para estar jogando...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: A grande maioria não é do PSD.

Por isso Sr. Deputado, deve abater - aí no seu computador - algum aviãozinho, de vez em quando, fazer 10.000 pontos ... e essas coisinhas.

(Risos do PSD)

Por isso eu só tenho a dizer ao Sr. Deputado que eu por mim, não tenho problemas. Apresento-me ao povo tal como sou, estou aqui mandatado por ele. O Sr. Deputado está condenado a ser o quê?

Talvez um director de serviços do Sr. Deputado Carlos César, porque ser chefe de gabinete não pode ser, porque tem que ser de confiança política. Por isso eu não tenho problemas da minha parte. E quero dizer a todos os Srs. Deputados que responderei sempre à letra. Se o Sr. Deputado me tratar bem, será bem tratado. Senão tratar bem, é na mesma moeda que eu responderei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um protesto. Eu tenho a honra de ser um dos mais antigos funcionários da Administração Regional. Considero-o uma honra e partilho essa honra com centenas de simpatizantes ou militantes do PSD, do PS, do PCP e do CDS. E como tal, eu não posso deixar de protestar quando são emitidos comentários como o que o Sr. Deputado Victor Ramos aqui comentou, em relação aos funcionários públicos e denegrindo a imagem destes, que têm contribuído para tudo o que de bom se tem feito nesta Região, com o seu esforço.

Portanto, Sr. Deputado Victor Ramos, eu não aceito esse tipo de intervenções. E em relação a elas protesto veementemente. Na Função Pública há gente que trabalha, há gente dedicada, há gente que merece todo o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra para que efeito?

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perguntava à Mesa se existe mais algumas inscrições para além da ordem natural das inscrições que estavam anteriormente previstas para o Período de Antes da Ordem do Dia?

Presidente: Estávamos a debater uma situação que decorre da intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, com alguns pedidos de esclarecimento, de protestos, contraprotestos. E ainda há inscrições.

Deputado Carlos César (PS): Então nesse caso, eu aproveitava o microfone para pedir ao Grupo Parlamentar do PS que não desse mais troco, a esse acto de desprestígio da Assembleia Regional que está a ser feito pelo PSD e pelo Governo.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Luís Bastos pede palavra com que finalidade.

Deputado Luís Bastos (PSD): É para um protesto Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria protestar contra a atitude assumida, neste momento, pelo Sr. Deputado Carlos César e julgo eu que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que não foi ouvido nem achado para afirmação que ele acabou de fazer.

O que aconteceu com a intervenção do Sr. Deputado Carlos César, foi querer dar a entender, perante todos nós aqui e se calhar também lá fora, sobretudo lá fora, que ele como que põe cpbro sobre aquilo que aqui se pode passar de menos dignificante. Ora, o que eu tenho a dizer é que a bancada do PSD, caso a caso, tente muito justamente e apenas isso, responder a algumas questões que tinham sido colocadas pelos Srs. Deputados do Partido Socialista. E assiste-nos o direito de responder a essas acusações que pensamos serem menos justas. Mas se o tom do discurso descambou para um lado pouco prestigiante, eu tenho múitas dúvidas de quem foi a culpa, mas se a houve, ela não

foi exclusivamente da responsabilidade da bancada do PSD, nem o Sr. Deputado Carlos César vai conseguir fazer transparecer isto, para onde quer que seja.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de começar esta intervenção queria dizer - não querendo retomar este assunto e este incidente - que, como funcionário público que sou desde 1972, tenho todo o respeito por qualquer funcionário público, tal como o Sr. Secretário Regional da Administração Interna aqui acabou de dizer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando da discussão do Programa do Governo, em 1988, o então Secretário Regional da Economia, na sua boa-fé, social democrata, definiu a sua intervenção no sector dos transportes com as seguintes palavras:

Passo a citar: "definir e concretizar uma política de transportes que, com racionalidade e eficiência, melhor a acessibilidade no interior da Região e entre esta e o exterior.

A prioridade será estabelecida obviamente a favor dos transportes marítimos e aéreos para os quais, no novo quadro criado pelo aparecimento de novas empresas, no caso dos transportes marítimos e pela definição do novo quadro legal da política aérea para o País, anunciada pelo Ministro dos Transportes no respeito **pelas soluções específicas** para a problemática das ligações de, para e entre as Regiões Autónomas".

Disse, ainda: **que estava assegurada a nossa participação na política aérea nacional.**

Defendeu, também, que a CEE devia contribuir para a atenuação dos custos de transporte de pessoas e bens de e para a Região e entre as ilhas; que este Governo iria defender a elaboração de uma carta de transportes aéreos e marítimos que identificasse e quantificasse o problema dos transportes nas regiões insulares, quanto a tarifas, capacidade e frequência para efeitos de aplicação do princípio da coesão económica e social prevista no "Acto Único".

Defendia o Governo, naquela altura, e **julgo que ainda defende,** como de interesse regional a existência de uma empresa de transportes aéreos, regional, com capacidade para o transporte inter-ilhas e para operar nas linhas de e para a Região, em voos regulares ou não. **Aproveitando, assim a aceitação, pelo Governo da República, de abrir a outras companhias, que não a TAP, as linhas regulares de e para a Região Autónoma.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quase 4 anos são volvidos e este Governo demitiu-se da defesa de toda uma política para o sector, quando demitiu o Secretário Regional da Economia de então. Ou no mínimo, podemos considerar, que este Governo ainda não encontrou o Secretário ideal para concretizar tão ambicionada política.

Na verdade constatamos, aquilo que sempre dissemos. Que o Programa do Governo era um conjunto de intenções eleitoralistas. Que o Plano a Médio Prazo contém mais do que o Governo tem capacidade de executar o que os planos anuais contêm menos do que o Governo prometeu fazer.

E quanto aos transportes? Nada feito. Nem se conhecem estudos nem a política do Governo neste sector.

Negoceiam-se, no contexto da Comunidade Europeia, novos programas específicos para os Açores.

Todavia, o sector de primordial importância que é os transportes, não tem expressão significativa.

Surgem apenas algumas minguadas alíneas reveladoras da timidez de um Governo que não tem projecto nem política para o sector.

Cabe perguntar a este Governo que atitude tomou, na Comunidade, para defender a política de transportes que as palavras enérgicas do então Secretário Regional da Economia faziam supor que este Executivo prosseguisse, nomeadamente:

- O que fez quanto à contribuição da Comunidade para a atenuação do custo de transporte de pessoas e bens de e para a Região e inter-ilhas?

- Que é feito da carta de transportes apregoada?

- Negociou alguma comparticipação comunitária nas tarifas dos transportes marítimos e aéreos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida que, ou por má formulação de políticas, ou por esquecimento ou ainda entraves postos pela comunidade à existência de monopólios no sector dos transportes, a Região tem perdido a oportunidade de resolver este problema prioritário.

Podemos até definir o actual panorama, como sendo este.

A SATA continua a ser o mesmo passari-

nho - agora com asas mais crescidas - a pousar nos mesmos calhaus, em busca do seu magro sustento.

Nos transportes marítimos, concretamente no tráfego inter-ilhas, continuamos a navegar no mar de contradições por ausência de uma política enérgica neste sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decurso desta minha intervenção farei várias considerações e várias perguntas sobre os transportes em geral. Contudo, começarei por abordar os transportes aéreos, que tanta tinta tem feito correr nos jornais e para o qual o Governo **"guarda de conrado um respeitoso silêncio".**

Já por várias vezes temos assistido a votos de protesto quer nesta Câmara quer pela "vox populi" através da comunicação social, contra a companhia aérea nacional, a TAP, que detém o monopólio das carreiras com a Região e o exterior.

Temos todos consciência do deficiente serviço que a TAP tem vindo a prestar à Região. Relevo principalmente o último aumento de tarifas para residentes na ordem dos 15%, relevo também os deficientes horários e o problema escandaloso das listas de espera que dificultam o acesso normal de qualquer cidadão bem como frustram as expectativas de qualquer turista que pretenda passar parte da suas férias nos Açores.

Curiosamente todos estes protestos têm tido o voto favorável da maioria, agora relativa, que suporta o Governo Regional, contudo nunca ouvi a voz deste Governo a transmitir a esta Câmara, qual a sua visão sobre este problema.

O silêncio do Governo sobre tal matéria faz com que alguns cronistas, mal informados descarreguem os seus "ódios açóricos" apenas sobre o "Governo Português" esquecendo-se que ao Governo Regional compete-lhe participar na definição de política aéra nacional e dar parecer sobre as questões relacionadas com os transportes para a Região.

Nesta sequência eu perguntaria ao Sr. Secretário Regional da Economia o seguinte:

1. O Governo Regional não tem voz activa no esbatelecimento de tarifas, horários e voos regulares para a Região?

2. Se realmente não está de acordo com a política de transportes da TAP, porque não define uma política alternativa utilizando a Companhia Aérea Regional, a SATA, de forma a colmatar as deficiências da TAP?

3. Como se processam as relações entre o Ministério dos Transportes e a Secretaria Regional da Economia? Será que a Secretaria Regional é ultrapassada em toda esta matéria?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sabido que o Governo Central negocia com a Comunidade a prorrogação dos prazos que garantem à TAP a manutenção do monopólio dos voos para a Região.

Se o Governo Regional participa na definição da política aérea nacional é de perguntar ainda o seguinte:

1. Quais as contrapartidas e benefícios para os açorianos de prorrogação de tal monopólio?

2. Continuaremos a assistir à política escandalosa das listas de espera imposta pela TAP com as consequências gravosas já apresentadas?

3. Que pensa o Governo fazer nesta matéria?

4. Quais as diligências feitas junto do Governo da República para suster os sucessivos aumentos de bilhetes da TAP?

5. Pretende o Governo aceitar sem qualquer negociação um novo sistema de pagamentos em que os passageiros residentes passariam a pagar a tarifa nacional, sendo mais tarde reembolsados?

Ainda dentro desta problemática dos transportes áreos e tomando como certas as palavras de responsáveis do Governo de que a SATA já não tem constrangimentos em voar para fora da Região, dificilmente poderei perceber o que leva esta companhia a não ter já iniciado **voos de gaivota.** Isto é, para fora da Região, como já foi várias vezes anunciado por este Governo e que o povo açoriano tanto deseja, contrariando assim o monopólio da TAP, hoje sem razão de existir.

A continuarmos assim, sem a resolução de problemas que se arrastam de ano para ano bem podemos dizer **que ficam os Açores eternamente em lista de espera.**

Deixa de ter sentido gastar milhões em promoção turística, deixa de ter sentido investir em novas unidades hoteleiras. Deixa, enfim, de ter sentido **toda a política deste Governo.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideraria agora, os problemas dos transportes marítimos fazendo algumas considerações de ordem genérica que julgo útil ter em linha de conta, principalmente no que se refere aos transportes inter-ilhas.

O tráfego marítimo na Região tem tido uma constante mutação se considerarmos

a sua vertente legal e empresarial.

Desde logo assistimos a uma progressiva liberalização imposta pela nossa adesão à Comunidade de que a nossa legislação nacional é um reflexo.

Tal liberalização poderá vir a afectar, no campo empresarial, a manutenção de um serviço com níveis suficientes para as exigências da Região.

O tráfego marítimo inter-ilhas tem características próprias que condicionam qualquer operador que se sinta atraído, na sua legítima expectativa de lucro, a explorar este sector.

Factores condicionantes como sejam: volume de tráfego claramente baixo em alguns fluxos inter-ilhas; procura descontínua com variações significativas de dimensão de ilha para a ilha e ainda constrangimentos portuários importantes limitando a dimensão dos navios.

No entanto, mau grado estes condicionalismos, não podem as entidades regionais menospresar este grande problema dos transportes marítimos inter-ilhas.

Se as nove parcelas da Região são diferentes nas suas economias e na geração de tráfego, há contudo uma verdade elementar. E que todas as ilhas têm direito à subsistência, o que implica transportes regulares e mais frequentes.

Não vemos, contudo, o Governo Regional empenhado a modificar o sistema actual, pelo contário, silencia esta questão, atrasa-se nas medidas a tomar e não apresenta alternativas.

Sabemos que a geração de carga nas nove ilhas é fraca e indefinida não incentivando os operadores a criarem um sistema próprio de transporte inter-ilhas.

Estes factos, agravados ainda com a liberalização crescente que tende a eliminar a regra das chamadas "reservas de tráfego" e com a evolução da legislação nacional que tende a derrogar cláusulas obrigatórias de serviços inter-ilhas, poderão criar instabilidades no abastecimento de algumas ilhas. A capacidade de intervenção do Estado em empresas, hoje privadas, é reduzida não sendo de estranhar que haja uma alteração das políticas empresariais no sentido da sua maior rentabilidade, o que poderá acarretar uma mudança face à exploração do serviço inter-ilhas.

E para a eventualidade destas contingências que as entidades regionais devem estar preparadas e que o Governo Regional já devia ter em consideração um sistema de transportes mais eficaz do que o actual evitando possíveis roturas no serviço inter-ilhas.

No momento actual o tráfego inter-ilhas está interligado com o tráfego regular do Continente para os Açores e vice-versa. Qualquer modificação nas condições da prestação de serviços entre o exterior e os Açores afectará drasticamente o tráfego inter-ilhas.

No entanto, se considerarmos um sistema integrado - com base nas duas companhias que detêm o monopólio dos transportes para e na Região - subdividida em um sistema para o exterior e um sistema inter-ilhas, poder-se-ia minimizar as roturas hoje existentes e tornar mais regulares os transportes de carga para todas as ilhas.

Na verdade não é possível separar o tráfego regular entre os Açores e o exterior, do tráfego regular inter-ilhas.

O que é necessário é criarem-se mecanismos de integração da gestão de ambos, ainda que em relação aos inter-ilhas se tenha que estabelecer indemnizações compensatórias em contrapartida da obrigatoriedade do serviço regular.

Temos que ter em conta que o tipo de serviço, a dimensão e a estrutura da procura tornam o transporte inter-ilhas deficitário, podendo-se duvidar que, face à actual legislação extremamente leberalizadora, as simples leis do mercado criem soluções suficientes para o escoamento da procura de muitas ilhas da Região.

Nesta sequência perguntaria ao Governo quais as medidas que tem em mente para obviar situações de rotura e qual a política que tem definida para o sector dos transportes inter-ilhas face a uma acelerada liberalização do sistema?

Em nosso entender é neste sector que devia haver uma necesśaria intervenção do Governo, conciliando os vários interesses em jogo para colmatar as insuficiências e com o objectivo último de satisfazer as necessidades sociais e económicas de todas as ilhas.

Perguntaria assim ao Governo se considera necessária a criação de um novo sistema de transportes inter-ilhas em linha regular diverso do actual, em que moldes e com que tipo de navios?

Ainda neste campo e no que respeita ao tarifário, perguntaria: Que fez este Governo no campo das operações portuárias de estiva e destiva de forma a racionalizar e disciplinar essa actividade tão onerosa?

Que medidas tomou para acabar com a disparidade de custos das operações portuárias nas diversas ilhas?

Qual a participação comunitária nos trans-

portes marítimos de mercadorias entre o Continente e os Açores assim como entre as ilhas, por forma a chegar à fórmula de preço comparáveis com o transporte rodoviário para as mesmas distâncias?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo, aprovado nesta Câmara por maioria PSD dedica ao sector de transportes uma série de programas. Tudo levava a crer que o Governo Regional articulasse diferenciados e importantes investimentos nesta área fundamental com os novos programas específicos aprovados pela Comunidade. Todavia isso não sucedeu.

Olhamos para o programa Régis e coramos de vergonha ao ver a falta de capacidade negocial deste Governo e a ineficácia na apresentação de projectos credíveis que pudessem concorrer com as pretensões madeirenses.

Agora, face ao inevitável, este Governo pretende iludir a Região, transformando a sua ineficácia negocial junto de Cavaco Silva e na comunidade com uma pretensa solidariedade entre regiões insulares.

A situação geográfica da Região, a reduzida dimensão dos seus mercados e dispersão das suas ilhas reclamam medidas específicas em matéria de desenvolvimento de transportes, concretamente no quadro actual de monopólio que existe no sector.

Esta situação requer soluções que têm a ver com o nível tarifário e sua progressão, com a regularidade e capacidade dos transportes.

Todos sabemos que o actual estado de coisas não agrada a ninguém. Não agrada ao Governo, não agrada às empresas que operam de diversas maneiras no sector como também ao cidadão comum.

E preciso que se diga claramente que este Governo nada fez pelo sector durante esses anos de mandato.

As razões são várias. Umas de natureza institucional, melhor dizendo, de conflito entre Mota Amaral e Cavaco Silva. Outras de natureza financeira, e agora porque a conjuntura eleitoral não permite "beliscar" a sensibilidade de Cavaco Silva.

Que Cavaco Silva e Mota Amaral estejam em plena coabitação, usando o Ministro da República como travesseiro, é lá com eles. Mas se tal coabitação significa falta de poder negocial e agravamento das condições de vida de todos os açorianos isso já é connosco. Não podemos permitir e devemos denunciar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso ter consciência do que hoje somos, para onde vamos e quem nos paga.

O que somos é pouco em termos sócio-económicos e de desenvolvimento. Para onde vamos, nem este nem os outros Governos nos souberam dizer. Quem nos paga somos todos nós, desde o Corvo a Santa Maria, que exigimos ser bem servidos em todos os sectores, por quem tem a responsabilidade de Governar.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à exposição do Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, é evidente que qualquer pessoa minimamente correcta, terá que compreender que V. Exa. equacionou alguns problemas que são válidos. Nós temo-los equacionado, igualmente. Só que uma coisa é equacionar os problemas, outra coisa, por vezes, é a resolução desses problemas que se tornam duma complexidade bastante grande.

Portanto, sem pôr em causa algumas coisas que o Sr. Deputado levantou, e que no entanto devo esclarecer que não são novidade, devo dizer-lhe que há algumas questões que devem ser retidas.

Diz V. Exa. que o Governo Regional não fez nada. Eu quero lembrar-lhe que em 15 anos, o Governo Regional conseguiu fazer, pelo menos, com que todas as ilhas estivessem ligadas entre elas, por via aérea. Coisa que, durante umas décadas anteriores, não se conseguiu fazer.

Quero também dizer-lhe que, para além das ligações aéreas, em 15 anos conseguiu-se que todas as ilhas praticamente já tenham uma certa regularidade de transportes marítimos, não assistindo àquelas situações, que anteriormente se passavam, de que por vezes estava-se meses nalgumas ilhas, sem ter sequer qualquer abastecimento via marítima. É claro que não é o ideal, sabemos perfeitamente isso. Mas também temos que ter a noção exacta de que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, nem temos os meios económicos para o fazer. E o Sr. Deputado sabe isso tão bem como nós.

Em relação ao monopólio TAP, eu suponho que o Sr. Deputado traz aqui um problema à colação, que não passa pela resolução do Governo Regional. A questão do monopólio é de nível nacional. E seria um bocadinho in-

justo - para não dizer totalmente injusto que V. Exa. atirasse para cima do Governo Regional a falta de resolução deste problema, porque monopólios há-os nos transportes aéreos, em vários países do mundo. Pensa-se que em pouco tempo os monopólios deixarão de existir, mas o que é facto é que essas convenções internacionais ainda não estão em vigor. E portanto, apesar da TAP nos ter prestado e nos prestar, por vezes, maus serviços é preciso reconhecer que ela já prestou e nos tem prestado bons serviços.

Por outro lado, e em relação à transportadora aérea regional - a SATA - pois é uma companhia pequena, duma região pequena. Mas mesmo assim, dentro das suas possibilidades tem feito um serviço notável. E isso nós não podemos pôr em causa, como não podemos pôr em causa o esforço que o Governo Regional tem feito para dotar a SATA de meios que põe ao nosso alcance para nos transportar com maior comodidade e com maior segurança, como é o caso, agora, da renovação da frota da SATA.

Eu não posso responder ao Sr. Deputado em relação a algumas questões, pois parece-me que questionou directamente o Governo, e eu não sou membro do Governo. De qualquer maneira, eu tomei algumas notas que transmitirei depois ao Sr. Secretário Regional da Economia para que lhe responda na altura própria. E, só para terminar, queria corresponder, com uma graça, à que V. Exa. teve em relação à SATA.

Efectivamente, a SATA é um passarinho, mas não esqueçamos que sendo um passarinho, transporta muitos passarões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Risos do PSD)

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, pediu-me a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, naturalmente para intervir neste debate.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, aliás, como sempre faço nesta Câmara, e queria apenas prestar-lhe um esclarecimento muito simples e também, prestar aqui um testemunho pessoal - se assim me é permitido - em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado.

Em primeiro lugar, obviamente, o meu colega do sector terá oportunidade de responder a algumas das questões aqui levantadas; outras já foram respondidas pela bancada do Grupo Parlamentar do PSD. Mas houve uma questão que eu conheço de perto, que necessita de facto um esclarecimento. Refiro-me às observações que V. Exa. fez em relação à eventual negociação com a CEE de apoios - refiro isto em termos genéricos - à situação dos transportes nos Açores. Queria esclarecê-lo, Sr. Deputado, que nesta matéria, não têm faltado sucessivas interpretações, a nível comunitário, sobre esta matéria mas queria dizer-lhe que a Comunidade, duma forma muito clara, tem sempre, terminantemente, recusado abordar qualquer forma de apoio directo aos transportes nos Açores, quer esse transporte seja inter-ilhas quer seja para fora dos Açores quer seja ainda de mercadorias ou de pessoas.

A Comunidade tem as suas razões políticas para o fazer, não está aqui em causa se concordo com eles ou não, mas o que é certo é que a Comunidade tem, constantemente, feito isso. Aliás, as abordagens desta matéria têm sido feitas, quer por nós - Governo Regional - quer através do Governo da República, quer através dos Deputados ao Parlamento Europeu. E, de facto, a Comissão, nesta matéria, cerra portas e não obtém respostas. Portanto não há aqui uma falta de pressão sobre esta matéria.

Em relação a testemunhos pessoais - que me parecem aqui importantes, à laia de esclarecimento - queria dizer que sou uma pessoa que me tenho deslocado por esse mundo fora, em muitas missões oficiais, e algumas delas particulares, e não conheço muitas companhias aéreas, em situações idênticas à nossa, com um serviço regular com a qualidade que a SATA o presta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues. Gostaria de o informar que o Partido Socialista dispõe de 6 minutos.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Ouvi com atenção a sua explicação, quanto às dificuldades que a Região tem tido, e talvez também o Governo Central, em negociar com a Comunidade, em termos de participação mais activa nessa política dos transportes. Contudo, foi aqui dito pelo responsável da Secretaria Regional da Economia isso foi em Junho - que, relativamente às preocupações que eu expandi aqui na minha intervenção, ou seja, a excessiva liberalização que a Comunidade quer dar aos transpor-

tes, podia haver uma rotura do equilíbrio hoje em dia existente no sistema de transportes inter-ilhas. Nessa altura, e numa intervenção aqui feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia, ele disse textualmente isto:

"Ainda recentemente, e contrariando o liberalismo norteador das comunidades europeias, mereceu a aprovação comunitária, a criação dum fundo regional de transportes, como instrumento de intervenção nesse sector".

Eu pergunto ao Governo, acreditando na seriedade das palavras que o Sr. Secretário disse: que dificuldades são estas e que limites são estes?

Não me custa nada acreditar que a Comunidade entrave este fundo regional de transportes, não só por sua livre vontade, mas para protecção dos monopólios nacionais, em relação aos transportes no que diz respeito às ilhas. E vemos a questão da TAP. A TAP que já não devia ter o monopólio dos transportes para as ilhas, por imperativo comunitário, todos os anos vai prorrogando e pedindo à comunidade este monopólio. É contra isto que eu digo que o Governo Regional devia pressionar. A minha intervenção não é de ataque generalizado ao sistema de transportes. É uma preocupação que existe para os açorianos quando houver a liberalização total da Comunidade, no sistema dos transportes.

Quanto ao Sr. Deputado Victor Evaristo, que diz que a SATA tem prestado bons serviços e transportado "muitos passarões", eu tenho que o reconhecer, considerando-me a mim e a si "passarão" passageiro da SATA.

(Risos do PS)

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, existe ainda na Mesa uma inscrição do Sr. Deputado Carlos Pinto, do Partido Socialista. Só que neste momento, a disponibilidade de tempo existente neste período é de 3 minutos que considero não dever ser possível fazer, neste espaço de tempo, a sua intervenção. E nesta consideração, daríamos por encerrado este nosso Período de **Antes da Ordem do Dia.** Iríamos fazer um intervalo, durante o qual eu espero que sejam entregues na Mesa as candidaturas para que se possa fazer as eleições que é o 1º ponto do **Período da Ordem do Dia.**

Estão então suspensos os nossos trabalhos por meia hora.

(Eram 17,05 horas)

Presidente: Srs. Deputados peço a vossa atenção para o início do Período da Ordem do Dia.

(Eram 17,35 horas)

Como já referi, o 1º ponto do **Período da Ordem do Dia** para hoje é a eleição dos Vice-Presidentes e Secretários da Mesa.

Deram entrada na Mesa duas proposituras de candidaturas para Vice-Presidentes e Secretários da Mesa. Uma propositura do Sr. Deputado Fernando Manuel Faria Ribeiro e Manuel da Silva Ferraz Valadão, respectivamente para Vice-Presidente e Secretário da Mesa, apresentada por um conjunto de Deputados do Partido Social Democrata.

Há uma outra propositura, apresentando para as candidaturas ao lugar de Vice-Presidente e Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Carlos Manuel Martins do Vale César e do Sr. Deputado Manuel Silveira Goulart, apresentada por um conjunto de Deputados do Partido Socialista.

Vai proceder-se à distribuição dum boletim que tem os nomes dos candidatos apresentados, para procedermos à eleição.

(Pausa)

Presidente: Creio que já todos os Srs. Deputados têm boletim de voto, vamos proceder à eleição.

(Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Duarte Pimentel, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Jorge Magina, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Paulo Casaca, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meneles; **PCP** - Paulo Valadão; **Deputado Independente** - Renato Moura).

Presidente: Votaram 51 Srs. Deputados e eu agradecia a um dos representantes de cada grupo parlamentar e ao Sr. Deputado do PCP, bem como ao Sr. Deputado Independente se quisessem acompanhar o escrutíneo.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados vou anunciar

o resultado da eleição.

O Sr. Deputado Fernando Manuel Faria Ribeiro foi eleito com 27 votos a favor e 24 votos contra.

O Sr. Deputado Carlos Manuel Martins do Vale César foi eleito com 30 votos a favor, 18 contra, 2 votos brancos e 1 abstenção.

Relativamente aos Srs.Secretários da Mesa, o Sr. Deputado Manuel da Silva Ferraz Valadão foi eleito com 31 votos a favor, 16 votos contra, 3 abstenções e 1 voto em branco.

O Sr. Deputado Manuel Silveira Goulart foi eleito com 29 votos a favor, 20 votos contra e dois votos em branco.

Estão eleitos os Srs. Deputados Fernando Manuel de Faria Ribeiro e Carlos Manuel Martins do Vale César, para Vice-Presidentes da Mesa e para Secretários os Srs. Deputados Manuel da Silva Ferraz Valadão e Manuel Silveira Goulart.

Cumpre-me saudar os Srs. Deputados que agora são eleitos que veêm, por esta forma, renovado o seu mandato para integrar a Mesa e desejo as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Nós vamos ter necessidade de fazer uma reunião com os Presidentes dos Grupos Parlamentares, o Sr. Deputado Paulo Valadão e o Sr. Deputado Independente, com vista a prepararmos os nossos trabalhos para amanhã.

Antes, porém, de suspender os nossos trabalhos por algum tempo, eu gostaria de assinalar a presença na Sala, na zona do público, do Sr. Deputado à Assembleia da República, Martins Goulart, a quem me cumpre saudar.

Vamos suspender os nossos trabalhos e retomá-los-emos daqui a meia hora.

(Eram 18,10 horas)

Presidente: Srs. Deputados peço a vossa atenção para concluirmos a nossa Sessão de hoje.

(Eram 20,00 horas)

Chegámos à hora regimental de se encerrarem os nossos trabalhos e vamos fazê-lo. Antes, porém, temos que marcar os nossos trabalhos para amanhã.

Amanhã, a Sessão começará às 15,00 horas. A ordem de trabalhos é a seguinte:

Leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes sobre o artigo 123º do Regimento, ponto este que não conseguimos realizar hoje.

Seguir-se-á a apreciação de dois diplomas: um é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/91 - "Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 100/88 de 23 de Março. Uma Ante-Proposta de Lei sobre o "Estatuto Social do Bombeiro" e ainda a urgência da apreciação dum diploma que é a alteração do Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A sobre a "Regulamentação dos concursos para o Pessoal Docente dos Ensinos Pré-Primário e Primário". E ainda, o debate da urgência sobre uma Proposta de Resolução apresentada pelo Centro Democrático Social.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos, retomá-los-emos amanhã às 15,00 horas.

Boa-noite e muito obrigado.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Carlos Teixeira; **PS** - Carlos Pinto, Carlos César; **CDS** - Alvarino Pinheiro).

A Redactora de 2ª Classe: Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.